

Pescadores da modernagem: experiências e trajetórias nos diversos tempos da vila de Tairu – Itaparica (1960-1990)

Wellington Castellucci Junior*

A Ponte do Funil, aí, quando tava construindo isso aí eu lembro. A ponte desse lado, o ferry também. Disse que morreu foi gente aí por esse lado, fazendo essa ponte. Em troco de quê? Ilha virá o que virô.

Zinho Lima

Grandes eventos, homens e mulheres esquecidos

Na introdução do seu fascinante estudo acerca do povo das águas, o historiador Luiz Geraldo Silva destacou importantes aspectos a serem observados por um pesquisador interessado em estudar esse modo de vida. Dizia ele, ao se referir às gentes do mar do século XVII ao XIX:

Todos eles dependiam do ritmo das marés, dos ciclos naturais de reprodução das espécies, das estações do ano, entre outros aspectos referentes à natureza, para conformarem padrões mediante os quais pudessem

* Professor adjunto II de História da América Latina na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Autor de *Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)*, publicado pela Annablume em 2007. E-mail: wcastellucci@yahoo.com.br.

desenvolver os seus ofícios, criando formas de manejo e apropriação de recursos ou métodos de navegar: Suas vidas eram, assim, profundamente influenciadas pela relação que tinham com as águas, fossem estas do mar, dos rios ou dos mangues. (Silva, 2001, p. 9).

Embora Silva fizesse alusão aos contextos históricos da época colonial e do Império, suas observações nos ajudam a perceber o quão fortes são as permanências, as tradições e os modos de viver da gente que por séculos habitou as áreas costeiras do território brasileiro. A ambiciosa extensão temporal foi um instrumento adequado para perceber a persistência de costumes rigorosamente assentados no seio de comunidades formadas por trabalhadores dos manguezais, dos rios e dos mares numa época de grandes mudanças no Brasil. À sombra das alterações que ocorriam paulatinamente nas cidades, distritos e vilas, esses grupos sociais cadenciavam as suas vidas por meio de uma relação dialógica com a natureza, e as suas rotinas de trabalho permaneciam assentadas na divisão das tarefas entre os membros da família e da comunidade.

As populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil, em suas mais diversas temporalidades, sempre foram objeto de estudo privilegiado dos pesquisadores das áreas da antropologia e da sociologia (Diegues, 1983; Maldonado, 1986, 1994; Maneschy, 1995; Silva, 1987; Zarur, 1984). Até os idos da década de 1970, poucos foram os historiadores brasileiros a se aventurarem num campo considerado espaço de conhecimento empírico demarcado e restrito aos profissionais das ciências sociais (Ellis, 1968; Ivo, 1975). Hoje, observando em retrospectiva não muito distante, ao lado dos estudos sociológicos (Ramalho, 2006), percebemos o florescimento de uma profícuca variante da história social voltada a escrutinar as vozes dissonantes dessas populações que por algum tempo ficaram “esquecidas” por um ramo da historiografia que estuda as classes trabalhadoras. Ao valorizar o estudo da experiência histórica das camadas sociais em terra firme, essa corrente historiográfica deixou de abordar os modos de viver dos indivíduos que subsistem daquilo que é retirado dos mares e dos rios (Thompson, 1998; Williams, 1969; Thompson, 1983; Andrade, 2010; Braudel, 1991).

É importante salientar que os emergentes estudos sobre populações litorâneas e ribeirinhas não se limitam àqueles sujeitos dedicados às atividades da pesca e da mariscagem, mas tratam também dos que trabalham no cultivo de determinados produtos nas áreas marginais dos rios e dos

oceanos, dos que viveram e ainda vivem de práticas artesanais seculares – como é o caso dos oleiros que vivem da fabricação de artefatos de argila francamente comercializados em diferentes praças do Brasil (Barreto, 2000; Blume, 2011).

As escolas de formação teórica da história social europeia e norte-americana tiveram papel determinante na formulação das orientações teórico-metodológicas que norteiam as pesquisas de historiadores brasileiros preocupados com o estudo da vida, do trabalho e de todo o arcabouço cultural das populações litorâneas e ribeirinhas. A primeira contribuição que destaco é a ruptura com a noção do tempo do historiador. Legado das principais correntes teóricas aqui consolidadas, por muito tempo houve em nossas academias tensão acerca da definição daquilo que deveria ser objeto de escrutínio dos historiadores e aquilo que pertenceria ao campo de estudos dos cientistas sociais (Braudel, 1991). Para essas correntes, quanto mais o historiador se distanciava temporalmente do acontecido, maior seria a credibilidade da pesquisa realizada. Hoje, graças ao intenso debate nas universidades, essa discussão já está praticamente superada.

Nos anos 1990, quando a história oral já tinha se tornado uma realidade concreta nas academias brasileiras, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado organizaram uma coletânea reunindo vários ensaios de pesquisadores da oralidade e da memória com vistas a sedimentar essa discussão. Dentre outros tantos artigos contidos naquele livro, um texto escrito por Alistair Thomson, em parceria com Michael Frisch e Paula Hamilton, pontuou algumas críticas feitas à história oral quando da sua retomada na Grã-Bretanha e na Austrália, por volta da década de 1970:

O principal alvo dessas críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos do entrevistador e do entrevistado e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado. Por trás dessas críticas estava a preocupação de que a democratização do ofício de historiador fosse facilitada pelos grupos de história oral, além do menosprezo pela aparente ‘discriminação’ da história oral em favor das mulheres, dos trabalhadores e das comunidades minoritárias. (Thomson; Frisch; Hamilton, 1996, p. 66).

O rompimento com a concepção de que história oral não era digna de confiabilidade derivou de dois procedimentos metodológicos importantes.

O primeiro deles foi a aproximação entre a história e a antropologia, em especial com as contribuições dos historiadores italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, além das pesquisas acerca de temas inovadores realizados pelos membros da terceira geração dos *Annales*. Tais pesquisadores, ainda que não desenvolvessem estudos sobre temas do tempo presente, influenciaram fortemente os estudiosos brasileiros no que diz respeito ao trato com as fontes históricas ao abordarem enredos até então desconhecidos no âmbito dos temas cristalizados pela clássica historiografia internacional. *O queijo e os vermes* (Ginzburg, 1982), *A herança imaterial* (Levi, 2000), *História do medo no Ocidente* (Delumeau, 1999), por exemplo, foram notáveis referenciais teóricos para que historiadores brasileiros avançassem nas pesquisas sobre problemáticas semelhantes, atentando para os procedimentos metodológicos e valorizando a dimensão subjetiva das evidências históricas.

Ao empreenderem operações historiográficas dessa natureza, os autores das obras acima citadas puseram em prática o recurso que ficou conhecido como “redução da escala de observação” (Revel, 1998). Ao restringirem o universo de pesquisa a uma área de menor dimensão – como uma vila, uma pequena região ou uma comunidade rural –, numa temporalidade mais curta do que os tradicionais estudos de longa duração, esses pesquisadores puderam aprofundar suas investigações por meio de um mergulho microscópico no universo mental de uma geração de sujeitos – como fez Carlo Ginzburg a partir dos indícios encontrados no depoimento de um esquecido moleiro interrogado pela Inquisição na velha Itália. Seus resultados foram de suma importância para captar as peculiaridades de práticas culturais fincadas fortemente numa tradição local, verdadeira *herança imaterial*, para fazer valer uma categoria formulada por Giovanni Levi.

Essa grande contribuição, do ponto de vista metodológico, veio acompanhada de outra importante inovação: a diversificação das fontes disponíveis e passíveis de serem escrutinadas pelos historiadores. A fotografia, a literatura, o cinema, as correspondências entre pessoas comuns, os diários, os manuscritos são apenas alguns exemplos. E, como asseverou Raphael Samuel em seu importante artigo, publicado na *Revista Brasileira de História*, no ano de 1990:

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina

e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler seu grafite na parede, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas da classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais. (Samuel, 1990).

A segunda mudança teórico-metodológica, e a que mais nos interessa neste momento, foi a inclusão da oralidade como fonte e método de investigação histórica. Sem sombra de dúvida, a metodologia da história oral, que trouxe à baila a trajetória de sujeitos até então desconhecidos, prestou contribuição fundamental aos estudiosos das populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil. Destituídos, na maioria das vezes, de registros oficiais, despercebidos pelos poderes públicos, viveram os pescadores, marisqueiras, ganhadeiras, atravessadores do pescado e de mariscos, lavradores e demais sujeitos praieiros e ribeirinhos à sombra de uma perspectiva histórica que privilegiou o universo urbano e o mundo rural. Os literatos foram os primeiros a chamar para si a responsabilidade de descrever minuciosamente, em seus romances, aspectos da vida de uma gente que habitava um mundo bucólico e, diferentemente da sociedade moderna e urbana, aparentemente imutável. O caráter ficcional dessas obras fez com que o seu conteúdo, entendido como não histórico, fosse menosprezado por alguns historiadores (Ribeiro, 1984; Marques, 1969; Pereira, 1978).

Outra dificuldade recaía sobre a potencialidade de temas dessa ordem: afinal, qual seria a importância de se estudar um povo, ou mesmo indivíduos, destituído(s) de “pertencimento de classe”? Teriam os pescadores, os pequenos lavradores litorâneos, os oleiros, os embarcadiços e demais sujeitos que habitam essas regiões uma história a ser contada? Felizmente, no curso dos últimos anos alguns historiadores lançaram olhares bastante sensíveis sobre os modos de vida dessas populações e empreenderam estudos importantíssimos. Ajudaram, com isso, a consolidar uma vertente da história social dedicada a estudar – com base na memória – a vida de gente, de pessoas, e não a história de uma suposta “classe homogênea”, apenas para refletir a respeito do que ressaltou a historiadora Déa Ribeiro Fenelon há algumas décadas (Fenelon, 1992, p. 5-24).

Nos últimos anos, ainda que tenha deslocado o eixo fundamental das minhas investigações para o século XIX, em particular para a escravidão, não deixei de acumular fontes e atualizar leituras sobre a vida dos pescadores, das marisqueiras e de outros sujeitos que tiram o sustento diário dos mangues,

dos rios, dos mares. Neste artigo, apresento uma discussão atualizada a respeito da trajetória de dois pescadores entrevistados durante a pesquisa que realizei para minha dissertação de mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1999.¹

Os antigos vivem a modernagem: a experiência de uma geração na voz e na memória de dois pescadores

Não foi só isso aqui, não só foi aqui, só. A ilha toda modificô depois da balsa. Aí porque meu pai logo morreu, ficô os filho. Nisso chegô, quando ligô a balsa com a ilha e fez essa ponte de Nazaré, aí a ilha, quer dizer, que apareceu logo os atravessador. Logo foi arrematando. (João Lima, 1996).²

Pelos idos do ano de 1995, uma pequena vila de pescadores da Ilha de Itaparica, situada na Baía de Todos os Santos, se apresentou como uma miragem ante os meus olhos. Como as antigas áreas predominantemente ocupadas por pescadores, a vila de Tairu havia passado por profundas mudanças nos seus aspectos espaciais e arquitetônicos, bem como no perfil da sua população. Ainda assim, um olhar cuidadoso, observando sutilmente a presença de sujeitos aparentemente invisíveis frente à intensa circulação de veranistas, me fez perceber a existência naquele ambiente de antigos moradores nativos, que resistiam a processos de expropriação territorial, de exclusão e de marginalização social em meio a um rápido movimento de modernização e urbanização do território insular.

Quem eram essas pessoas? Como viviam e de que modo se relacionavam com os sujeitos que chegaram de vários lugares e promoveram mudanças radicais no lugar que, até a década de 1950, era apenas uma antiga fazenda denominada Matange?

1 Este artigo é resultado da pesquisa de campo realizada entre os anos de 1995 e 1999 numa vila de pescadores da Ilha de Itaparica denominada Tairu. Dessa pesquisa, resultaram alguns artigos publicados e o livro *Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)* (Castellucci Junior, 2007). Aqui apresento algumas dimensões da memória dos entrevistados enfocando questões não exploradas no livro.

2 Todas as falas que aparecem neste artigo foram transcritas de forma a preservar ao máximo a linguagem a forma de narrar dos entrevistadas.

Essas problemáticas brotaram da minha consciência e me inquietaram, devido à intrínseca relação entre um passado bucólico, vivenciado por mim naquela ilha, e o cenário com o qual me defrontava naquele momento. Apenas cerca de trinta anos antes da realização da pesquisa, Itaparica ainda era um lugar quase inóspito, com uma população rarefeita. Os povoados não possuíam luz elétrica, água encanada, sistema de transporte, ruas calçadas – nem condomínios demarcando espaços privados para veranistas. A forma mais rápida de se ter acesso à ilha ainda era por meio dos saveiros e de um antigo navio que virou figura lendária na memória dos seus contemporâneos: o “velho João das Botas”.

Naquela época, em quase todas as paragens, povoados, pequenos vilarejos era notável um estilo de vida bastante diferente daquele vivido nos espaços urbanos. O que ditava os ritmos do trabalho, do lazer, das festas, do descanso era o tempo da natureza, e não o do relógio. No compasso dos toques dos búzios, homens e mulheres trabalhavam conforme as determinações das oscilações das marés, da lua, dos ventos, e assim planejavam todos os ciclos de suas existências. Os pouquíssimos veranistas que passavam períodos de três a quatro meses em uma daquelas povoações tinham a oportunidade de observar, surpresos, um modo de viver diferente, um ritmo acelerado em certas horas e lento, quase estático, em outros tempos, nas baixas estações.

Tal cenário denotava o que, mais tarde, o historiador Francisco Senna – em entrevista concedida à *Tribuna da Bahia*, periódico de grande circulação no estado – chamou de “fase idílica vivida pelo seu povo nativo” (Progresso a bordo de ferrys, 1992). Suas reflexões eram fruto da flagrante transformação pela qual passara a Ilha de Itaparica nos vinte e cinco anos anteriores, durante os quais se observaram um súbito e assustador processo – registrado e enaltecido pela imprensa da época – de especulação imobiliária e de modificação da ilha num balneário voltado para atender a demanda cada vez maior de turistas estrangeiros. A implantação do Club Mediterranée, resort altamente luxuoso e ostentador, foi apenas um dos investimentos de grande vulto numa época em que se intensificava a corrida imobiliária em toda a área insular.³

Essas mudanças foram vividas não só na ilha, mas em boa parte do Recôncavo Baiano. Entre meados da década de 1960 e princípios dos anos 1970, assistiu-se nessa região a um crescente movimento migratório e

3 A esse respeito, ver os seguintes matérias em jornais: *Itaparica: uma ilha cercada de atrações* (1979); *Mediterrané, a ilha da fantasia ali em Itaparica* (1981); *Itaparica, o horizonte de Salvador* (1984).

flutuante de pessoas, acentuado pelas facilidades criadas pela ampliação das vias de acesso à ilha – no curto período de trinta anos a população triplicou.⁴

No bojo dos projetos de melhorias dos sistemas rodoviários implementados pelos governos militares, Itaparica se constituiu em uma área estratégica para o escoamento da produção agrícola proveniente do Recôncavo Sul da Bahia. A construção de rodovias asfaltadas, ligando essa região a Itaparica e, por meio de *ferry boat*, a Salvador, viria reduzir a distância existente entre o Recôncavo e a capital (Osório, 1979). Trinta anos decorridos desse momento histórico, o depoimento de João Lima, transcrito acima, ganha sentido e tem muito a nos dizer.

No esforço de construção de uma imagem de destino turístico requintado, com capacidade de satisfazer as expectativas dos visitantes, as manchetes de alguns jornais deixavam ver também os sintomas de um processo que se revelava excludente em diversos sentidos.⁵

Porém, apesar de todas as mudanças diagnosticadas, na década de 1970 ainda era possível vislumbrar incríveis imagens de um lugar cujo estilo de vida discrepava muito daquele vivenciado nos principais centros urbanos. Nos vilarejos, logo pela manhã, ao sinal dos primeiros raios de sol, mulheres e crianças, munidas de *panacuns*,⁶ *balaios de cipó*, *jererés*,⁷ pequenas facas e colheres, se dirigiam para a “boca da maré”. Iam mariscar. De longe se observava todas elas agachadas, entoando uma cantiga ritualística, “ciscando” a areia e retirando dali um dos alimentos da dieta: o *chumbinho*.⁸ Mas também

4 Segundo os relatórios da CONDER (Companhia do Desenvolvimento da Região Metropolitana do Salvador), a população total de Itaparica na década de 1970 estava calculada em 12.003 habitantes, distribuídos nos seus vários povoados, a maior parte na zona rural. Na década de 1980, o aumento populacional não foi elevado: continavam-se na ilha 13.743 habitantes. Contudo, houve uma rápida concentração em áreas consideradas urbanas: enquanto 1.717 pessoas estavam residindo em zona rural, 12.026 já estavam nas cidades ou vilarejos. Em 1991, porém, a população total de Itaparica dobrou, com acentuada concentração populacional na zona urbana: a taxa de urbanização foi de 91,70% e a densidade demográfica de 104,7 hab/km² (Bahia, 1994a).

5 Refiro-me aqui a um artigo publicado no *Correio da Bahia* em 10 de fevereiro de 1984, cuja manchete indicava a preocupação com a separação das áreas designadas para a construção de condomínios fechados daquelas destinadas à ocupação por parte dos “farofeiros”, descritos de maneira preconceituosa pelo conselho editorial do jornal.

6 Cestos construídos com cipó trançado que eram colocados nos lombos de animais para transportar mercadorias.

7 Tipo de rede em formato cônico, presa a um semicírculo de madeira provido de um cabo longo, usada para a pesca de siris, camarões, pitus e peixes miúdos.

8 Tipo pequeno de marisco, muito comum na região Nordeste, que, por aflorar nas areias das praias, é facilmente capturado pelas marisqueiras locais.

pegavam a *lambreta*,⁹ o *cernambi*,¹⁰ e, dos caules dos mangues, retiravam a ostra, que se reproduzia em escala equiparável à dos mariscos. Já eram quase nove horas da manhã quando aquela fila de mulheres, com as crianças dispersas ao seu redor, subia as principais ruas de barro, quase trilhas, em direção a suas casas. O trabalho ainda não terminara: a etapa de cozimento e catação dos mariscos talvez fosse a pior de todo o processo de produção do alimento.

Outras mulheres ainda desciam para os mangues, acompanhadas de crianças, com o propósito de ensinar-lhes a pegar caranguejos e siris, moradores de buracos feitos no terreno argiloso onde os seus caçadores afundavam a perna quase inteira. Esse trabalho penoso, ao findar da manhã, rendia àquelas pessoas várias cordas de crustáceos de “bocas”, como o caranguejo e o siri, bastante apreciados pelos veranistas e pelos próprios nativos.

Mais tarde, canoas movidas a traquetes e tripuladas por vários pescadores aproximavam-se dos diversos portos nas enseadas. Vinham carregadas de pescado: *tainha*, *sardinha*, *xumberga*,¹¹ malhadas nas redes de espera e de arrasto. Também traziam muitos quilos de camarão, resultado de uma tarefa iniciada nas primeiras horas da madrugada, fosse em épocas de verão ou de inverno.

Ao chegarem às praias e enclaharem as embarcações, um rebuliço de gente corria logo para descarregar as mercadorias. Outros queriam comprar os frutos do mar. Logo assistia-se a um sobe e desce de gente com cestos feitos de cipó sobre a cabeça, abarrotados de pescado e camarão para comercializar em uma pequena pracinha ou levar imediatamente para casa. Uma cena impressionante era o arranjo de várias “camas de palha” dispostas à frente das casas de pescadores e das marisqueiras. Sobre elas, colocava-se todo o pescado tratado e salgado que não tivesse sido comercializado até o meio-dia. A dieta era complementada com alguns legumes tirados das pequenas hortas dos quintais, e raízes cultivadas nos pequenos roçados.

Essas lembranças ficaram gravadas na minha memória e na de muitas pessoas que conheceram Itaparica pelos idos das décadas de 1960 e 1970.

9 Tipo de concha cônica marinha de onde se extrai um apreciado marisco, muito comum no litoral baiano.

10 Outro tipo de marisco retirado nas areias das praias.

11 Peixe muito comum na costa brasileira. Tem dorso cinza-azulado, abdome branco, com desenhos pretos e amarelos na cauda e mancha no opérculo. Também conhecido como “xaréu-pequeno”, “xaréu-dourado”, “solteira” ou “cavaco”, pode pesar até 1 kg.

Ao chegar à vila de Tairu, já nos anos noventa, e defrontar-me com um cenário completamente modificado, um questionamento se impôs: Onde estão morando os nativos dessa vila?

Aos poucos, por intermédio de um pescador, natural do Ceará e residente ali havia poucos anos, fui conhecendo cada um dos chamados “antigos nativos do Tairu”, aqueles que se autodenominavam “os descendentes do fundador do lugar”. Essa afirmativa categórica denotava o sentimento de pertencimento das pessoas ao lugar. Senhores e senhoras de idade avançada logo manifestaram interesse em conceder entrevistas e falar de suas histórias de vida. Ao todo, foram 16 entrevistados. Exceto o cearense Antonio Joaquim Pedrosa, todos os demais eram parentes, descendentes do antigo proprietário da fazenda que originara a vila de Tairu.

Ao tomar a história oral como fonte e recurso metodológico para acessar a experiência daquelas pessoas nativas da vila de Tairu, tive a oportunidade de mergulhar num universo desconhecido, pouco comentado, silenciado pelos *ventos da modernagem*,¹² quase invisível ao olhar de veranistas e não explicado entre os não pertencentes ao lugar. Para grande parte dos entrevistados, falar de Tairu, da fazenda Matange e das suas trajetórias de vida significou, por vezes, um desabafo, em outras situações houve tristeza, melancolia, ou ainda alegria por recordar um tempo no qual as formas de solidariedade, a união no trabalho, as maneiras menos individualistas de se apropriar dos resultados de uma pescaria – esse mosaico de experiências relatadas de forma desconexa precisava ganhar sentido numa narrativa historiográfica coerente.

O trato com a memória desses dois pescadores colocou-me diante de um desafio teórico-metodológico do qual não poderia escapar. Pessoas narram o passado de maneira bastante peculiar e, como assinalou Thomson, explorar os significados subjetivos das experiências vividas, a natureza da memória individual e da memória coletiva, pode ser a chave para o entendimento das diferentes conotações que cada um atribui ao passado (Thomson, 1997, p. 52).

Uma questão central norteou o sentido que a maioria dos entrevistados deu à sua própria história e à história do lugar. Os tempos históricos, inscritos na memória de cada um, sempre tiveram início e um final demarcados por um ou mais eventos trágicos ou vultosos. Um dos grandes

12 *Modernagem* foi a palavra recorrentemente empregada pelos moradores da vila de Tairu para designar o tempo de grandes transformações ocorridas na Ilha de Itaparica, a partir dos anos de 1970.

ensinamentos aprendidos numa pesquisa com fonte oral é que as temporalidades das memórias não convergem, na maioria quase absoluta das vezes, com os tempos históricos convencionalmente cristalizados pela história oficial, ou mesmo por uma história que busca estabelecer rupturas baseando-se em episódios considerados de grandes proporções internacionais. Via de regra, enquanto guerras mundiais, “revoluções” e golpes de Estado podem definir o final de uma era e dar início a outra, no campo das memórias são outros acontecimentos que dão sentido à vida e definem as mudanças, as passagens para outro tempo histórico, o tempo da narrativa. O que define as temporalidades são os significados atribuídos às coisas que mudaram e conformaram a vida e as formas de se viver numa localidade, ou mesmo a maneira como cada narrador constrói um passado que dá sentido à sua vida no presente (Thomson, 1997).

Assim é que, nas recordações dos moradores de Tairu, três tempos bem distintos foram sempre enfatizados: o *tempo do cativoiro*, o *tempo da Matange Grande* e o *tempo da modernagem*. O primeiro deles foi realçado como uma rememoração dos relatos dos antepassados – uma época que nenhum deles viveu, porém todos ainda mantinham vivas lembranças de histórias contadas por seus avós e pais, quando costumavam descrever as dimensões da fazenda Matange, cujos limites se estendiam da costa à contracosta de Itaparica –, quando predominava o trabalho escravo nas roças e na pescaria. De modo mais enfático, todos os entrevistados se ativeram mais às duas últimas temporalidades, muito embora cada um narrasse, a seu modo, como vivenciou a experiência do que eles denominaram de *modernagem*.

Por volta da década de 1950, o proprietário da Fazenda Matange era Clementino Maximiliano de Lima, o patriarca dos Lima – sobrenome de todos os entrevistados. Na fazenda, plantava-se aipim, mandioca, inhame, coletava-se piaçava, cultivava-se dendê, faziam-se pacotes de lenha, enviados para a capital e para cidades do interior, onde serviam de combustível para as fornalhas das padarias e de algumas fábricas. A pesca litorânea era praticada sobre enormes canoas, os conhecidos batelões. Deles, os pescadores lançavam as redes de espera, as “caçoeiras” e as “arraeiras”, e davam amplo lance da admirável rede de arrasto, cuja puxada exigia a participação de significativa quantidade de pessoas. A puxada do “calão”, a fabulosa rede de arrasto, representava uma marca simbólica do trabalho coletivo e da partilha do pescado entre todos os participantes da empreitada (Osório, 1979, p. 252-260).

À época, praticamente todos os moradores da fazenda tinham entre si relações de parentesco, exceto alguns trabalhadores contratados para os afazeres da roça, da criação de porcos e do trato dos pesqueiros. Durante mais de quatro décadas, três gerações viveram nessa fazenda trabalhando na lavoura e na pesca e, a despeito da distância em relação à capital e da ausência de meios de comunicação e de transporte eficientes como os atuais, aquela comunidade nunca viveu de maneira completamente isolada. Os filhos do proprietário faziam frequentes viagens para o Recôncavo Baiano e para a capital, já que, além de entregarem os produtos retirados da terra e do mar, era nas feiras livres da praça do mercado de Salvador e de Nazaré das Farinhas, por exemplo, que adquiriam certos produtos necessários à vida das pessoas do lugar.

Foram essas e outras recordações que puseram Epitácio Monteiro de Lima e João Lima – o primeiro, irmão, e o segundo, filho do antigo proprietário da fazenda Matange – como figuras centrais da pesquisa. Suas trajetórias de vida e a maneira como cada um rememorou o passado e decodificou o presente demarcaram singularmente os horizontes dessa fascinante trama histórica.

Filho de uma relação extraconjugal de Clementino Lima, João Lima, mais conhecido pela alcunha de “Barreira”, foi o primeiro entrevistado da série de pesquisa de campo. Na época, Barreira era um homem de meia-idade (tinha 62 anos) calejado da labuta e reconhecidamente possuidor de fortes ligações com a vida marítima. Com todos os filhos já adultos e apenas dois deles trabalhando e vivendo da pesca, Barreira me recebeu, ao lado da sua esposa, em sua arejada residência, localizada no centro da vila e vizinha a um bar de sua propriedade.

Orgulhoso de ser celebrado como um dos principais pescadores da localidade e detentor de grandes feitos na pesca – como a façanha de ter trazido um tubarão-lixo para as areias do Tairu –, ele, durante a entrevista, dispensou modéstia e não se acanhou para afirmar com convicção a sua afinidade com a profissão: “Eu adoro a pescaria”. Na sua trajetória de vida estão as explicações dessa ligação com o oceano: aos quinze anos, ainda garoto, decidi vender um animal de carga, presenteado por seu pai, fazendo seu primeiro investimento na pesca. De modo enfático e sorridente, ante a presença de sua esposa, que achava tudo engraçado, ele assim explicou a iniciação na pescaria:

Numa jega que meu pai me deu, uma jega que meu pai me deu, eu vendi essa jega e comprei cinco quilo de fio, cordão, cordão. Vendi essa jega por

25 mil reis só deu pra comprá 5 quilo de fio. Eu mermo cosi ela toda, cosi ela toda e quando cabei, botava aí aval nas pedra. (João Lima, 1996).

Naqueles idos tempos, as redes eram manualmente costuradas com um tipo de cordão resistente às intempéries marítimas; sua manutenção era feita por meio da aplicação rotineira de um tipo de tinta retirada do caule de uma espécie de planta existente nos mangues da região. Assim é que Barreira fazia a manutenção de sua rede todas as vezes que a retirava do mar, logo após “desmalhar” o pescado e a lagosta capturadas nos rochedos, bem próximos à praia do Tairu.

Com o passar dos anos, Barreira, com os próprios recursos da pesca, comprou um batelão e, conforme a sua eloquente narrativa, logo após a sua tão sonhada aquisição, já por volta dos anos 1960, recebeu de um engenheiro de obras do DERBA (Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia) uma rede de *nylon* para o trabalho no mar. Nos anos que se seguiram, de cima do batelão, ele armava a rede nos rochedos próximos à praia e todo final de tarde dividia o resultado da pesca com o sócio engenheiro. Foram tempos em que havia fartura, muita fartura no mar, segundo suas suaves recordações.

Contudo, vínculos dessa natureza denotavam, naquele período, os primeiros contatos e relações de trabalho com sujeitos provenientes de outras regiões e já apontavam também para a desestruturação do trabalho familiar no seio da povoação de Tairu. A própria introdução da rede de *nylon* alteraria significativamente, com o passar do tempo, o modo como era realizada a pesca, promovendo uma espécie de individualização do trabalho e condicionando os indivíduos a novas rotinas de trabalho, sujeitas, inclusive, às demandas e pressões do mercado.

Não demorou muito para que João Lima, às custas de seus próprios esforços nas águas de Tairu, conseguisse levantar recursos suficientes para a compra de suas redes de *nylon*, adquiridas “a pagamento” – ou seja, de maneira parcelada – numa casa comercial do ramo de pesca, localizada na Cidade Baixa de Salvador.

Daí para frente, Barreira sustentou a si próprio e a sua família sempre por meio da atividade da pesca. Orgulhoso por se considerar um vencedor na história, ele trouxe em suas ativas recordações momentos que de alguma forma marcaram sua experiência. Com a morte de seu pai, e a consequente partilha das terras da fazenda Matange, Barreira assistiu e também participou das negociações com os corretores imobiliários que, logo após a conclusão

das vias de acesso a Itaparica no final dos anos 1960, passaram a se interessar pelas terras litorâneas da ilha.¹³ Esse momento demarcou a passagem para um novo tempo: o *tempo da modernagem*, ou *tempo das incertezas*, solidificado na memória de muitos dos moradores da localidade.

Em outra passagem de seu depoimento, o falante Barreira, sem acanhamento perante o gravador, falou firmemente, sem restrições, sobre a forma com que ele e seus irmãos foram se desfazendo das faixas de terras, principalmente aquelas situadas no litoral:

As minhas irmandades, inclusive eu, nós vendemo uma besteira de dinheiro, mas vendeu, não deu! Agora, arguém que fez alguma resguarda, ainda tem onde morá, conforme eu digo. Eu ainda tô morando aqui no que é meu. Não paguei, não comprei, mas tem outros aí que até lugá pra morá não tem. (João Lima, 1996).

Falando com certa ironia e com veemência, Barreira demonstra intensa satisfação por ter alcançado a situação estável em que vivia. Diferentemente de alguns irmãos, ele foi vendendo parte do seu espólio ao longo dos anos, mas guardou uma faixa de terra encravada no centro da vila onde construiu sua moradia - uma casa de alvenaria e cimento armado com uma varanda lateral, onde costuma guardar alguns equipamentos de pesca e o motor de saveiro. Ao lado de sua residência ele também construiu outra casa, local onde pôs em funcionamento um bar, no qual se revezava com os seus filhos, na época da entrevista. Do bar Barreira conseguia tirar, de vez em quando, recursos que complementavam o orçamento familiar; houve também situações em viu-se obrigado a canalizar os recursos da pesca para a manutenção do estabelecimento. Apesar das muitas mudanças ocorridas na velha Matange e em sua própria vida, Barreira ainda mantinha, à época da entrevista, a tradição do trabalho familiar como um genuíno pescador artesanal (Maldonado, 1994).

Em outro momento de sua fala – um tanto desconcertada –, ele traz boas recordações de seu pai, “um homem que dava pra fazê estripulia” e “teve três famílias”. Homem trabalhador: nas lembranças de Barreira ainda paira

13 As praias de Itaparica situadas de frente para a Baía de Todos os Santos tornaram-se as mais cobiçadas pelo mercado imobiliário no decorrer da onda de especulação desencadeada em finais dos anos 1960. O outro lado da ilha, a chamada contracosta, por ser uma região dominada por manguezais e solo argiloso, não logrou grande interesse – foi justamente nessas áreas que a população nativa encontrou possibilidade de refúgio.

a trajetória daquele que ficou conhecido como o desbravador das matas da Matange. Sensato, João Lima falou com segurança sobre como resguardou para o futuro parte da herança deixada por seu pai. E, como que por uma necessidade de explicitar a origem de tudo, veio-lhe a recordação de como surgiu o Tairu:

Meu pai foi o introdutor. Nisso, hoje se ele fosse vivo, ele tinha na faixa de cento e tantos neto. Filho, ele deixô quatorze. E neto, hoje teria cento e tanto ou mais. Quer dizê que eu sou o mais moderno, e acho que filho dele... já tem acho que vinte e dois neto. Eu sou... porque meu pai teve três família, ouviu? Meu pai era um! Foi um homem que dava pra fazê estripulia! Teve três família, todo mundo aqui, nessa vila, nessa vila. Era uma fazenda e ele era o dono. Não era Tairu, era Matange! Porque hoje Matange é o fundo da fazenda, mas de primeira, o fundo era aqui e a frente era lá. Isso aí tá na faixa de uns quarenta ano ou cinquenta. Agora, que ele tomô posse, tomô há muitos ano, muitos ano porque eu nasci aqui e tô com sessenta e dois. Quer dizê que tá com muitos ano que ele tomô posse aqui. (João Lima, 1996).

Foram suas hesitações e meias palavras, quando se referia ao desmembramento familiar, que, por vezes, me levaram a perceber que se tratava de um momento delicado da vida desses sujeitos, sobre o qual outros membros da família preferiram não se recordar, ou não se pronunciar. Houve, também, apropriada resistência em avançar nos pormenores da divisão da propriedade. Apesar de se mostrar receptivo e externar satisfação por falar de sua vida e do lugar, João Lima estudou cautelosamente aquilo que deveria – e como poderia – ser dito.

Ao contrário de Barreira, como ele próprio salientou, boa parte de seus irmãos e demais parentes foram vendendo suas terras litorâneas e fixando-se em locais distantes do núcleo do povoado. À medida que os terrenos próximos à praia iam sendo vendidos pelos nativos, o cenário da vila sofria modificações paisagísticas e sociais. Nesse processo, as antigas casas de pau a pique foram substituídas pelas novas construções de alvenaria e cimento armado, com telhas à vista, tanto nas residências da vila quanto nos condomínios que iam aparecendo a cada temporada de veraneio.

A experiência dos anos 1960 e 1970 com atravessadores e corretores imobiliários, que barganharam grande parte dos terrenos dos nativos,

modificou sensivelmente o panorama arquitetônico e social da vila, além de criar nos nativos uma incrível percepção de perda da territorialidade, da identidade e dos velhos costumes e tradições locais. Essas mudanças estavam inscritas nos projetos de adequação espacial do governo, que pleiteava suprimir a cultura e os costumes do povo local, tornando os territórios lisos e distendidos à medida que arrancavam marcas e rugas do lugar (Rolnik, 1992). Disso resultou uma série de mudanças nos modos de vida dos moradores nativos, sobretudo nas relações de trabalho e nas formas de ocupação espacial. Todavia, para Barreira, a despeito dessas transformações, aquelas décadas foram o momento de rever prováveis “injustiças” sofridas nos tempos idos.

Herdeiro de uma pequena parte da fazenda, Barreira conseguiu o que considera um feito: manter sua residência no núcleo da vila e sustentar dignamente a sua família por meio da vida no mar. Em 1996, quando o entrevistei, João Lima falou de ter criado seus filhos, de morar numa casa confortável e ser o retrato de um homem que fez sua vida na pescaria. Suas mãos calejadas e cheias de cicatrizes ainda retratavam o duro trabalho de colher redes em alto-mar, de cosê-las constantemente e de cuidar do seu saveiro. Trabalhando ainda sobre seu barco em companhia de seus filhos, Barreira não escondia, na época, os significados que a pesca possuía em sua vida: “Das irmandade, mermo, quem gosta de pescá sou eu, mermo. Adoro a pescaria. Tô satisfeito quando vejo de manhã o mar bonito, que eu tô em cima dele, aí fico!” (João Lima, 1996).

Não foram raras as vezes em que presenciei Barreira numa das antigas palhoças em frente ao mar esperando a maré chegar no ponto certo para sair embarcado em seu saveiro. Ali ele observava o movimento das marés, suas idas e vindas, visualizava os cardumes de xumbergas, de sardinhas e tainhas, fitando o horizonte à espera da partida para mais um dia de labuta sobre a embarcação. Foi desse mar que Barreira retirou o sustento para si e para os seus filhos durante mais de trinta anos. Assim é que a casa – e muitas vezes, também o bar – ainda é mantida pelo que é retirado do oceano, dos rochedos, dos corais. É isso que confere a Barreira a identidade de um homem do mar, embora suas origens remontem ao mundo rural.

Contava-me Barreira que as viagens para os centros urbanos, no tempo da Matange, eram demasiadamente difíceis e penosas. Na inexistência de uma estrada de rodagem, a única possibilidade para se ir a Salvador era caminhando pela praia até o cais da cidade de Mar Grande, onde se atravessava a Baía de Todos os Santos em lanchas de madeira. Para o interior, o único

meio de transporte eram os saveiros procedentes da praia de Barra Grande que faziam paradas para pegar e deixar passageiros em toda a costa da ilha. Não havia horário previsto para se chegar ou retornar à vila, pois o tempo da viagem dependia das condições climáticas – sobretudo dos ventos, força propulsora que empurrava os saveiros na direção da cidade ou de Itaparica.

Ainda que muitas dificuldades existissem naquela época, a maior parte dos entrevistados lembrou o tempo da fazenda Matange com certo saudosismo. Sublimaram essa época por considerá-la um tempo em que as coisas eram razoavelmente previsíveis, planejáveis, diferentemente do tempo posterior, o “tempo das incertezas”. No tempo da Matange, havia, segundo eles, um espírito de coletividade, bem como fartura do pescado e dos mariscos, o que permitia uma boa qualidade de vida e variedade na dieta, além da realização de festas e de momentos de lazer. Como disse uma das entrevistadas no curso da pesquisa: “Naquela época o povo era mais civilizado, não tinha essa ganância. E hoje em dia tem mais gente do que comida...” (Maria do Rosário Pereira da Conceição, 1998).

Ademais, a ausência de cercas e muros permitia o livre trânsito de pessoas, que usufruíam das áreas descampadas em frente ao mar para piquenique, enquanto os pescadores esticavam as suas redes de cordão para a manutenção semanal. Porém, se para a maior parte dos entrevistados o tempo da Matange foi retratado de maneira melancólica e sublimadora, para Barreira esse passado foi interpretado de outra forma. De modo enfático e com elevação no tom de voz, ele disse com segurança o seguinte:

Aqui, eu não sei, porque o povo viveu... porque era bem... difícil, viu? Para ir a Salvador, então, tinha que sair daqui doze horas da noite. Pegava a praia vazia, ou vazia ou cheia, conforme a necessidade dele. Ele esperava a maré chegá na posição. Saía daqui pra Mar Grande, Jaburu, pra tomá a lancha. Atravessava pra Salvador, fazia o que tinha de fazê, retornava duas horas da tarde. Pegava ela no Mercado Modelo, tornava atravessá; saltava em Mar Grande, chegava dez, onze horas da noite. Era uma vida sofrida, antigamente. Que é que você tá pensando que é essa vida? Que era sofrida mermo! (João Lima, 1996).

Observando em retrospectiva, Barreira relata as dificuldades de locomoção e de acesso aos centros urbanos. Talvez devido ao fato de hoje ele possuir um saveiro a motor, a sua interpretação das distâncias e dos percalços

seja bem peculiar. A força propulsora das modernas embarcações encurtou distâncias e promoveu melhorias na qualidade de vida de alguns, a despeito de excluir outros.

Todavia, se no entendimento de Barreira o tempo da Matange foi um tempo difícil e de isolamento, por seu irmão, Epitácio Monteiro de Lima, as coisas foram vistas de modo bastante diferente. Mais conhecido por Zinho – apelido carinhoso entre os nativos –, Epitácio Monteiro de Lima é um dos filhos mais velhos do dono da antiga fazenda. Ele foi um dos primeiros entrevistados da série e aquele com maior tempo de gravação no conjunto das narrativas.

Quando o conheci, Zinho Lima já era um senhor de idade, vivendo dos poucos recursos da aposentadoria, adquirida com muito sacrifício junto ao INSS, numa pequena e modesta residência. Certamente Zinho foi a pessoa que mais fez questão de contar cada detalhe de como era a vida *dos antigos* – como gostava de se reportar ao tempo da Matange. Todas as vezes em que me aproximava da sua singela residência, localizada numa das ruas do centro da vila, ele me recebia com satisfação, e, sem que eu solicitasse a permissão da gravação de suas recordações, ele simplesmente começava a falar de um tempo considerado por ele como uma época em que as coisas eram mais “humanas” e havia uma espécie de senso de justiça e de cordialidade entre as pessoas.

Epitácio Lima foi certamente um dos entrevistados que mais se aproximou e demonstrou simpatia para com a minha pessoa. Foi por meio dele que tive a satisfação de conhecer a sua esposa, carinhosamente chamada de dona Roxinha. Nas recordações de Zinho há registros de um tempo em que as pessoas compartilhavam o resultado do trabalho coletivo, mas as mudanças ocorridas em um determinado momento alteraram velozmente a organização da pesca e de outras dimensões da vida em Tairu. Assim foi – numa ensolarada tarde de outono, na sombra em frente à porta de sua casa –, que ele expressou, melancólica e resumidamente, de que modo vivenciou e interpretou tudo isso:

Naquela época todo mundo trabalhava, ninguém ficava de fora, não. Todo mundo fazia força. Depois de tudo vinha o mestre e dividia tudo, e dava o quinhão a todo mundo. Agora, depois que passou pra modernagem, é cachaça, é cigarro. Eu vou fazer força para os outros ficarem vermelhos? Ainda depois de tudo, fica um olhando o quinhão do outro, pra, se tiver mais, tomar...(Epitácio Lima, 1997).

Nos vários momentos em que juntos construímos a entrevista, Zinho sempre mostrou certo ar de tristeza no seu semblante. Sua fala – cadenciada por pausas acompanhadas de breves olhares ao longe – manifestava consternação em virtude da desagregação familiar e da perda da identificação de muitos moradores com a arte da pesca. Em uma de suas entrevistas contou, de maneira triste, como ocorreu a divisão da antiga Matange:

Nós dividimo. Cada um tem doze braças e meia, eu mermo tenho desse muro até aquele rio ali. Doze braças e meia. Meu outro irmão Carrinho, dali ali, subida que tinha dali pra lá é de uma irmã minha que morreu, onde a filha mora, a filha dela mora ali. Dali pra lá já é uma irmã minha que mora em Barra Grande chamada Yoná, a mais véia. Dali pra lá é outro terreno de um irmão meu que morreu, ficou a ponte e os fio tomô conta, tem quatro fio. Eles agora vendero, aí um rapaz... vendero e ficô de nada, sem um lugá. (Epitácio Lima, 1997).

A entrevista com Zinho Lima colocou questões que vão além da simples coleta de informações e da narrativa. Ao se referir – mais adiante na mesma entrevista – aos irmãos por parte de pai, numa completa mudança de tom de voz, ele deixou transparecer que a partilha da antiga propriedade gerou conflitos e mudanças no seio da comunidade:

E lá em cima de tudo, no encostado na ponte é de uma irmandade que ele tinha uma mulé aí por fora, e tinha parece que quatro ou cinco fio. É o que Barreira pertence, que é meu irmão por parte de pai, esse terreno que é dividido com os irmão de Barreira. Ele mandô em vida que desse a parte que coubesse, desse a eles, eles lá que dividiu. Eles queria até que cada um, acho que sete fio, que a gente desse, e pronto. Acabô! Ele mandou dá uma parte pra vocês dividi. Entreguemo, pronto, aí eles vendero, tá vendendo aí, o mais sabido botô as irmã pra trás, virô mais sabido, vendeu tudo: Giró, meu irmão que tinha aí, um irmão de Barreira. Vendeu a metade, os terreno tudo aí dos irmão, as irmã boba, ele mais sabido, vendeu, vendeu, vendeu tudo, fizeram um cabuçu cá pro fundo, ele vendeu quase tudo. O terreno dela aí parece que tem quatro ou cinco irmão, toda vida teve, pertenceu o terreno. (Epitácio Lima, 1997).

O segundo filho mais velho, vindo depois de seu Reginaldo, Zinho possui uma trajetória de vida muito diferente da de seus parentes. Apesar da tradição da família, ele não chegou a se dedicar exclusivamente à pescaria; em toda a sua vida, contentou-se em ajudar no arrasto de rede e no trabalho sobre as canoas, satisfazendo-se com a parte que lhe cabia pela ajuda dada: o *quinhão*.

Seu ramo, na verdade, era o trabalho de roça, e em épocas de coleta de piaçava e de coco seco, ele costumava contratar prestadores de serviços, que vinham da parte continental do Recôncavo para labutar nas terras da Matange. No decorrer de sua entrevista, Zinho revelou tensões e conflitos entre os irmãos do primeiro e do segundo casamento de seu pai pela posse das terras da Matange. Segundo ele, a fazenda teria sido dividida em sete partes – medindo cada pedaço doze braças e meia –, e coube aos filhos do primeiro casamento seis sétimos de toda a herança, enquanto Barreira e suas “irmandades” herdaram a sétima parte da propriedade.

Dessa maneira, a partilha da fazenda representou um impacto, um momento de desestruturação familiar, e, em certa medida, uma alteração nos modos de viver daqueles sujeitos, sobretudo no que toca aos laços de sociabilidade no trabalho – de acordo com suas memórias, ancorados nos modos tradicionais da divisão do labor entre homens e mulheres (Maldonado, 1986).

Com o desmembramento da família – ligado, entre outras coisas, à disputa pelas terras –, a vida pautada nas formas de organização e nos laços de solidariedade do trabalho familiar alterou-se de maneira significativa. Como salientou Barreira, na sua entrevista: “Aí agora, cada qual tomô um distinto” (João Lima, 1996).

Desse modo, a consolidação da partilha de terras rompeu com os vínculos entre os membros da família patriarcal e a individualização do trabalho passou a prevalecer nas diferentes esferas da vida cotidiana. O trabalho artesanal e coletivo, aos poucos, foi sendo substituído por outros que “apesar de coletivo[s], transforma[m] o trabalhador em indivíduo isolado dos outros e do processo mais global da produção” (Borelli, 1992). As fronteiras, porém, não foram forjadas apenas no âmbito familiar, e as novas e emergentes formas de relações sociais viriam a demonstrar isso.

Pela falta de perspectiva de vida na localidade, muitos migraram em direção à capital ou a cidades interioranas em busca de emprego e de vida

nova (Santana, 1998; Araújo, 1986).¹⁴ Sinais de desestruturação da organização do trabalho, antes pautada na coletividade, também foram sentidos por meio de uma sutil e constante mudança nos padrões organizacionais de tarefas, principalmente na pesca. A introdução do saveiro a motor e das redes de *nylon* tornou a atividade pesqueira mais “prática” e passível de ser realizada individualmente. No tabuleiro do movimento histórico, alguns membros da comunidade se apropriaram de tais instrumentos e incorporaram práticas culturais anunciadas pelos “ventos da modernagem”. Outros, por diferentes razões, mergulharam na completa pobreza após se desfazerem paulatinamente de suas terras, herança da antiga Matange Grande que, aos poucos, se tornava minúscula.

Nesse contexto, as trajetórias de vida de Zinho Lima e de João Lima foram cruzadas por fenômenos sociais emblemáticos que resultaram na construção de uma memória individual que expressa não só a experiência da “modernagem”, mas, sobretudo, a maneira peculiar como cada um dos sujeitos sociais reelabora e ajusta o passado conforme as condições do tempo presente.

Aqui, contudo, faz-se necessário retomar e discutir três conceitos até aqui debatidos, para que se compreenda o modo como a linguagem oral expressou uma memória resultante da imbricação dos significados atribuídos a esses mesmos conceitos. *Família, relações de trabalho e mediação cultural* precisam aqui ser esquadrinhados.

No passado, a família era a instituição aglutinadora e responsável por todo o ordenamento das relações de trabalho e demais ações da vida quotidiana. Portanto, era a entidade responsável pela definição das relações de poder, na maior parte das vezes diluídas ou enfraquecidas pela seiva do senso de coletividade. A ausência de registros formais que regulamentassem as relações de trabalho também evidencia a força do costume e da oralidade como elementos reguladores das rotinas laborais na localidade. Era o costume que ditava o modo como a pesca seria executada, quais as atribuições do mestre e dos ajudantes e como o resultado do esforço coletivo seria dividido entre os participantes.

14 Fundamentam este estudo também os relatórios da Bahiatursa (Bahia, 1977), da CONDER (Bahia, 1994a) e do CEPLAB (Bahia, 1994b); os recenseamentos de Itaparica feitos pelo IBGE (1970, 1980, 1991); os documentos escritos e fotografias constantes das pastas dos municípios de Itaparica e Mar Grande (informações Gerais dos Municípios) no Arquivo Público Municipal de Salvador.

Lembremos então que tanto Zinho quanto Barreira reportam-se, nas suas lembranças, ao tempo – os anos de 1950 a 1960 – em que a consolidação das leis trabalhistas estava na ordem do dia e era justamente a principal motivação para as intensas mobilizações sociais ocorridas nas cidades brasileiras. A força de lei, em geral, não alterou rapidamente as convenções, fortemente ancoradas nas tradições orais passadas de geração em geração. Nesse particular, eram os costumes que definiam as obrigações e os direitos de cada membro da comunidade.

Por último, a mediação: é notório que a vila de Tairu jamais foi um lugar onde as pessoas viveram completamente isoladas dos principais centros urbanos do seu entorno. As narrativas dos nativos sempre fizeram referência aos contatos esporádicos com pessoas procedentes das mais variadas localidades – seria ingenuidade acreditar que a ilha de Itaparica como um todo se constituía numa espécie de “Éden” até o advento das modernas vias de acesso que vieram a ligá-la à capital e ao interior.

Porém, não resta dúvida de que a intensificação dessas conexões, dos contatos que foram se aprofundando à medida que a “modernagem” avançava, colaboraram para uma maior interação entre população nativa e sujeitos adventícios. Ao tornarem mais intensas as suas relações com indivíduos procedentes de outros espaços, os moradores da vila de Tairu foram levados não só a dialogar com esses sujeitos, mas a decodificarem signos, incorporando seletivamente, rejeitando ou reelaborando elementos de uma cultura distinta da deles. Vêm daí, também, os significados atribuídos por cada um à “família”, à “modernagem” e à “moral do trabalho”. Todos esses conceitos foram modificados, alterados, muitas vezes perderam os seus significados para a comunidade. Ao final da década de 1960, portanto, todas essas instituições e categorias foram colocadas em xeque e ganharam diferentes significados, ou deixaram de possuir força de coesão e organização comunitária. Foram esses os sinais que anunciaram a chegada de um novo tempo: *o tempo da modernagem*.

Últimas considerações

A história da expropriação territorial e das mudanças dramáticas ocorridas na vila de Tairu é apenas uma entre as centenas de experiências vivenciadas pelas inúmeras comunidades litorâneas e ribeirinhas do Brasil contemporâneo. Em nome do “progresso”, da “modernização” e do “desenvolvimento

do país”, essas populações são sistematicamente violentadas em seus direitos, assistem atônitas à transformação de seus territórios, na forma de dragagem, de implosão de recifes, de destruição de mangues para a construção de portos, plataformas e marinas que acomodam embarcações de gente endinheirada. Essa tem sido, por exemplo, a leitura que muitos membros das comunidades de pescadores da região de São Roque do Paraguaçu têm expressado em seus depoimentos quando participam de audiência pública para discutir a implantação do polo naval na Barra do Paraguaçu.

Na formulação e implementação de políticas de intervenção nas áreas ocupadas pelas populações litorâneas e ribeirinhas, dificilmente há qualquer tentativa por parte do Estado de dialogar com as pessoas. Menor ainda é a preocupação com o futuro e o destino da maioria delas diante do esgotamento das possibilidades de sobrevivência, baseadas na pesca. Recentes estudos realizados por pesquisadores sobre populações litorâneas e ribeirinhas – no entorno da Baía de Todos os Santos, na região de Ilhéus, em Salvador e no Recife – têm demonstrado o impacto que as intervenções governamentais em áreas tradicionalmente ocupadas por pescadores, marisqueiras, oleiros e pequenos agricultores têm provocado na vida desses sujeitos (Caroso; Tavares; Pereira, 2011).

Ao cercarem áreas pesqueiras, escavarem praias, dragarem rios, implantarem sistemas de criação de mariscos em cativeiro, a iniciativa privada e os órgãos governamentais têm provocado drásticas mudanças na vida das comunidades litorâneas e ribeirinhas. Algumas dessas mudanças foram imediatamente percebidas também pelos ambientalistas e consumidores de crustáceos e mariscos. O desaparecimento de caranguejos de quase todo o litoral baiano não foi obra do acaso. A destruição dos manguezais tem levado os tubarões a procurarem novas áreas para se alimentarem e procriarem, uma vez que os estuários por eles habitados há séculos foram destruídos para a ampliação do porto de Suape. Na contramão das próprias políticas de reparação social, o próprio poder público imprime ações contra as comunidades compostas hegemonicamente por descendentes de escravos e indígenas, as quais deveriam ter assegurados os seus territórios por meio de mecanismos legais.

Esses fenômenos, que já tinham sido percebidos e anunciados em finais dos anos 1960, foram interpretados posteriormente tanto por Zinho Lima quanto por João Lima, o Barreira. As suas trajetórias de vida, registradas em suas narrativas, descrevem momentos de angústias, frustrações, alegrias, sucessos, conquistas, decepções, aflições, além de outros sentimentos guardados nos cantos da memória de cada um deles. O modo como cada um narrou

o passado e vislumbrou o presente estão, em certa medida, vinculados às suas condições materiais de existência e à própria experiência que eles tiveram com o que comumente denominaram de “modernagem”.

Talvez uma das grandes contribuições deste estudo de caso tenha sido realçar dimensões da vida de sujeitos que, de modo geral, não aparecem na construção de um discurso histórico que valoriza episódios de grandes proporções, desconsiderando o impacto das transformações microscópicas na vida de pessoas comuns. Trata-se de uma perspectiva que parte da valorização dos pormenores sem perder de vista a sua relação com as conjunturas mais amplas, numa relação dialética entre o local, o regional e o geral, buscando possibilidades para estabelecer, futuramente, comparações com processos históricos similares.

Com base também nos resultados deste trabalho, acredito que o grande desafio colocado neste novo século é o de conciliar um suposto “desenvolvimento” econômico com a preservação dos mananciais, das florestas, dos mangues, da fauna e com o respeito aos modos de vida das comunidades tradicionais. Para tanto, é preciso pensar nas consequências sociais que os grandes projetos de intervenção em áreas de preservação ambiental, podem provocar na vida das populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil. Certamente, se João Lima e Epitácio Monteiro de Lima estivessem vivos, eles diriam algo muito semelhante ao que afirmo nestas últimas linhas. Afinal, eles e seus familiares viveram uma epopeia da qual jamais se esqueceriam, aquilo que chamaram “tempo da modernagem”.

Referências

ANDRADE, Fabiana Santana. *Tecer redes, tecer histórias: a experiência de vida e trabalho das pescadoras em Ilhéu – BA, 1980-2007*. Dissertação (Mestrado em História) –, UEFS, Feira de Santana, BA, 2010.

ARAÚJO, Nelson de. *Pequenos mundos: um panorama da cultura popular da Bahia*. Salvador: UFBA; Fundação Jorge Amado, 1986. T. 1.

BAHIA. Bahiatursa. *[Relatórios]*. Salvador: Bahiatursa, 1977.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *[Relatórios]*. Salvador: CONDER, 1994a. p. 249-255.

_____. Centro de Planejamento da Bahia. *Informações básicas dos municípios baianos: por microrregiões homogêneas*. Salvador: SEPLANTEC/CEPLAB, 1994b.

BARRETO, Virgínia Queiroz. *Viver do barro: trabalho e cotidiano de oleiros de Maragogipinho (1960-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – PUC-SP, São Paulo, SP, 2000.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. “*Viver de tudo que tem na maré*”: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008. Tese (Doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2011.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson. *Margem*, São Paulo, n. 1, mar. 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Edusp, 1991.

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)*. São Paulo: Annablume, 2007.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1968.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História e Perspectiva*, Uberlândia, n. 6, jan./jun. 1992.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IVO, Anete Brito Leal. *Pesca: tradição e dependência*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –UFBA, Salvador, BA, 1975.

ITAPARICA, o horizonte de Salvador. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 nov. 1984.

ITAPARICA: uma ilha cercada de atrações. *A Tarde*, Salvador, 14 out. 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e marés: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.

_____. *Os pescadores do mar*. São Paulo: Ática; Princípios, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: EDUFPA, 1995.

MEDITERRANÉE, a ilha da fantasia ali em Itaparica. *Correio da Bahia*, Salvador, 9 jun. 1981.

MARQUES, Xavier. *Praieiros, Jana e Joel, A noiva do golfinho, o Arpoador e Maria Rosa*. Salvador: Edições GRD, 1969.

OSÓRIO, Ubaldo. *A Ilha de Itaparica: história e tradição*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

PEREIRA, Jorge dos Santos. *Tempo azul de Itaparica*. Salvador: Editora Literatura Brasileira, 1978.

PROGRESSO a bordo de ferrys. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 10, 21 out. 1992.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. *Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Pólis, 2006.

REVEL, Jaques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio F. *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, 1992. p. 27-30.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, fev. 1990. SANTANA, Charles D'Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998.

SILVA, Luiz Geraldo. *Afaina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo (Coord.). *Os pescadores na história do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul Richard. *Living the fishing*. Londres: History Workshop Series, 1983.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, , abr. 1997.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 65-91.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1969.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Os pescadores do Golfo*: antropologia econômica de uma comunidade norte-americana. Rio de Janeiro: Achiane, 1984.

Fontes orais

LIMA, Epitácio Monteiro de. *Sobre a vida em Tairu*. Entrevista concedida a Wellington Castellucci Junior. Tairu, 9 abr. 1996.

LIMA, João. *A vida no tempo da Matange*. Entrevista concedida a Wellington Castellucci Junior. Tairu, 16 ago. 1996.

CONCEIÇÃO, Maria do Rosário Pereira da. *Sobre o Tairu dos tempos dos mais velhos*. Entrevista concedida a Wellington Castellucci Junior. Tairu, 29 jul. 1998.

Resumo: O presente trabalho discute aspectos das transformações no espaço e na vida cotidiana da vila de pescadores de Tairu (na Ilha de Itaparica, BA) entre as décadas de 1960 e 1990. O texto debate a importância do uso da fonte oral como método de investigação histórica para acessar certas dimensões dos modos de vida de sujeitos comumente preteridos pela historiografia tradicional. São enfocados ao longo do artigo os processos de expropriação territorial sofridos por essa comunidade litorânea, bem como os seus impactos nas formas tradicionais de organização do trabalho.

Palavras-chave: cultura, trabalho, memória e territorialidade, populações litorâneas.

Fishermen of modern times: experiences and movements in different times of the village of Tairu – Itaparica (1960-1990)

Abstract: This paper discusses aspects of the space transformations and the daily life in a village of fishermen, named Tairu, in the Island of Itaparica, Brazil, between the years of 1960-1990. The text discusses the importance of using oral sources as a method of historical investigation in order to capture the dimensions of the way of living of people often neglected by traditional historiography. The processes of territorial dispossession suffered by this coastal community, as well as their impact on traditional forms of work organization are addressed throughout this article.

Keywords: culture, work, memory and territoriality, coastal populations.

Recebido em 14/05/2013

Aprovado em 24/10/2013